

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

## **Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2018 - CGDF, nos termos do Padrão nº 04/2002.**

### **Processo nº 480.000.036/2017**

#### **Cláusula Primeira – Das Partes**

O Distrito Federal, por meio da CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada Contratante, representada neste ato por Henrique Moraes Ziller, brasileiro, portador da Carteira de Identidade 335.084 SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 179.173.601-72, na qualidade de Secretário de Estado Controlador-Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa LINK INFORMÁTICA EIRELI EPP, doravante denominada Contratada, com sede no SER/S CCC Bloco “D”, nº 20, sobrelojas 1,2 e 3 – Cruzeiro Velho – Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 06.885.830/0001-20, representada por Francisco Cleuton Gonçalves Bezerra, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.974.287 e do CPF nº 490.592.201-10, na qualidade de Diretor.

#### **Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão nº 108/2017-SEPLAG, da Proposta e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

#### **Cláusula Terceira – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico e garantia de funcionamento de 4 (quatro) servidores DELL, modelo *Power Edge R720*, com fornecimento de peças novas e originais e suporte técnico e garantia de 19 (dezenove) *switches*, marca BROCADE, modelo ICX, com fornecimento de peças novas e originais, consoante especifica o Edital de Pregão nº 108/2017-SEPLAG e a Proposta, que passam a integrar o presente Termo, independentemente de transcrição.

#### **Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução**

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

### **Cláusula Quinta – Do Valor**

O valor total do Contrato é de R\$ 73.348,32 (setenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), devendo a importância de R\$ 55.011.24 (cinquenta e cinco mil, onze reais e vinte e quatro centavos), ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no orçamento seguinte.

### **Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04126620325570010

III – Natureza da Despesa: 339039

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 18.337,08 (dezoito mil, trezentos e trinta e sete reais e oito centavos), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00033, emitida em 31.1.2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

### **Cláusula Sétima – Do Pagamento**

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcelas mensais, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2 – Observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta, o Contrato celebrado poderá ter seus valores anualmente reajustados, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.3 – Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as regras sobre a retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas serão realizadas nos termos previstos na Lei nº 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013.

### **Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência**

8.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação, sendo seu extrato publicado no DODF, às expensas do Contratante.

8.2 – A eventual prorrogação quando verificada a vantajosidade dos preços pactuados, deve ser precedida de análise da qualidade dos serviços prestados e existência de dotação orçamentária prévia, que terá vigência de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses.

8.2.1 – A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante, nos termos do art.30, §3º, da IN 02/2008-SLTI/MPOG (Parecer nº 488/2015-PRCON/PGDF).

### **Cláusula Nona – Das Garantias**

A garantia para a execução do Contrato será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, de acordo com as condições previstas no edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

### **Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal**

10.1 - O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2 – Constituem demais obrigações da Contratante as estabelecidas no item 12 do Termo de Referência.

### **Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal, juntamente com a nota fiscal, as certidões negativas referentes à Receita Federal do Brasil, à Fazenda Pública Estadual e Municipal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ao Tribunal Superior do Trabalho;

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes ou aos desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber;

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.5 – Designar preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato. O preposto deverá acompanhar todos os trabalhos realizados para atuar como interface entre a equipe técnica da CGDF e a equipe da Contratada, devendo, ainda, entregar mensalmente à CGDF, relatório técnico contendo as pendências e realizações de atendimentos;

11.6 – Fornecer, em qualquer época, as informações e os esclarecimentos técnicos solicitados pela CGDF sobre a execução dos trabalhos;

11.7 – Fornecer material, equipamentos, ferramentas, miscelâneas e utensílios necessários à execução das atividades de instalação e configuração, sem ônus de qualquer natureza à CGDF;

11.8 – Executar os serviços de acordo com as especificações e com os requisitos de qualidade e segurança recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e legislação pertinentes;

11.9 – Sanar em tempo hábil todas as irregularidades apontadas pela CGDF;

11.10 – Assumir total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais, inclusive a responsabilidade por acidentes, indenizações, seguros e outros correlatos;

11.11 – Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados;

11.12 – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Administração;

11.13 – Conhecer a Política de Segurança da Informação da CGDF e assinar Termo de Confidencialidade, conforme Anexo II do Termo de Referência.

### **Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual**

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto;

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

### **Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades**

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006 e suas alterações, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

### **Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável**

O contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art.79, II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato (PGDF – Pareceres nº 050/2011, 0757/2008 e 051/2013).

### **Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

### **Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

### **Cláusula Décima Sétima – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará os responsáveis pela execução do Contrato, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

### **Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

### **Cláusula Décima Nona – Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

### Cláusula Vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo assinado pelas partes.

Henrique Moraes Ziller

Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal

Francisco Cleuton Gonçalves Bezerra

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MORAES ZILLER - Matr.0269128-0, Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 23/02/2018, às 11:23, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Cleuton Gonçalves Bezerra, Usuário Externo**, em 23/02/2018, às 15:04, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: [http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) verificador= **5351471** código CRC= **80C7CDC4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo Palacio do Buriti - 13º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF